

## O espaço do Candomblé e da Umbanda na mídia, e a cobertura jornalística dos crimes de intolerância religiosa<sup>1</sup>

Marcus Valerius OLIVEIRA<sup>2</sup>

Graduando

Yuri GARCIA<sup>3</sup>

Doutor

Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, RJ

### Resumo

Nos últimos anos, a violência tem sido o fator de noticiabilidade que insere as religiões afro-brasileiras na mídia. Observada nas pautas dos telejornais nos canais de TV aberta, entre julho de 2019 e janeiro de 2021, a exibição da intolerância permeia o tecido social desde os anos 90. Os crimes contra os praticantes de Candomblé e Umbanda são bem centralizados no Rio de Janeiro, mas se estendem por todo o país. Essas questões exigem uma análise interdisciplinar com o objetivo de identificar a simetria de quatro grupos: religião, político, judiciário e comunicação, como meios de sustentação à intolerância religiosa.

**Palavras-chave:** História do Jornalismo; Candomblé; religião; política; violência.

### Introdução

“Làroòyé, Èsù!” Làroòyé significa: Ele é a controvérsia! Saudação em Yorùbá (Bantu) - língua do continente africano (JAGUN, 2020, p.41) - que faz reverência à entidade que abre a gira ou “trabalhos” nos terreiros de Candomblé e Umbanda. Exu tem como finalidade ser o mensageiro, responsável pela mediação da informação entre dois planos: o espiritual com o plano da matéria, e suas demandas, anseios e percepções da vida. Essas atribuições correspondem ao conjunto de significados que representam Exu. Um arquétipo equivalente ao modelo estrutural da teoria da matemática da comunicação, da transmissão entre emissor e receptor, elaborada pelos engenheiros Shannon e Weaver, em 1949 (ARAÚJO, 2001, p.121).

Simultaneamente, Exu é transmissor e canal que codifica a informação do plano espiritual ao seu destino no plano físico, é o agente da comunicação entre o sagrado e o humano. Esta será uma das composições do artigo: a cultura afro-brasileira, e a forma como

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia. “Trabalho Concorrente ao 6º Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia”

<sup>2</sup> Graduando do Curso de graduação em Jornalismo da Universidade Estácio de Sá (UNESA), e-mail: [marcuslvalerius@gmail.com](mailto:marcuslvalerius@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor da Universidade Estácio de Sá (UNESA); Pesquisador de Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ (PPGCom/UERJ), e-mail: [yurigpk@hotmail.com](mailto:yurigpk@hotmail.com)

a mídia se relaciona com as religiões de matrizes africanas.

A partir de 22 de abril de 1500, em Pindorama, palavra Tupi-Guarani que significa Terra das Palmeiras (CASTANHA, 2007, p.8), desembarcou o batismo civilizatório europeu que renomeou o território indígena (nativo) para Terra de Vera Cruz. Alusão à cruz da Ordem de Cristo identificada nas velas das embarcações. A imagem geométrica era o prenúncio oculto de 26 de abril de 1500, data de realização da primeira missa no Brasil. O marco iniciático da catequização jesuítica, ceifando todo um sistema cultural e ritualístico de tribos indígenas e africanas, submetendo ambos os povos à barbárie da escravidão (RIBEIRO, 2006, p.34).

Além da submissão, o embate cominatório ocorreu no campo das narrativas com as quais índios e negros se relacionam com os seus deuses. A festividade nativa e tribal no contraponto taciturno cristão, era visto pela igreja como um grau elevado de pecado moral e demoníaco.

A Pajelança e o Candomblé dispõem de um sistema de linguagem integrando a cosmologia à ritualística da prática religiosa, abrangendo os elementais da natureza na alegoria e arquétipo das entidades, guerreiros e orixás. Um panteão incorporado nos corpos de seres humanos, definidos pelos colonizadores como raça primitiva. Não era permitida outra compreensão sobre a vida que não estivesse doutrinada no princípio monoteísta. Além do mais, índios e negros não podiam ser Deus ou deuses, configurando uma libertação de encontro à dominação de poder cristão. Na imposição colonizadora, os povos nativos de Pindorama e tribais da África só tinham duas opções de sobrevivência: converter ao cristianismo ou a morte.

O vilipêndio que perdura por mais de 500 anos no Brasil, concentrado na população negra e subtraindo a cultura afro-brasileira, será abordado no viés dos crimes de intolerância religiosa direcionados aos terreiros de Candomblé e Umbanda, noticiados na imprensa e pesquisados até o ano de 2021.

Em 15 de novembro de 1908, vinte anos após a abolição da escravatura, acontecia na cidade de Niterói, município do estado do Rio de Janeiro, a primeira sessão de Umbanda, na residência do médium Zélio Fernandino de Moraes<sup>4</sup>. A Umbanda caracteriza-se no sincretismo de elementos do catolicismo: imagens de santos e preces católicas confluem com os preceitos do Candomblé, que resultaram na Singularidade de uma nova religião. Mas bem antes desse momento, na transferência da Colônia Portuguesa de

---

<sup>4</sup> O termo médium e não Pai de Santo (Babalorixá) corresponde à proximidade da Umbanda com o Espiritismo já praticado à época, e que por sua vez também se afina com o catolicismo.

Salvador para o Rio de Janeiro, com a vinda dos primeiros negros escravizados na Bahia, os rituais africanos começam a ser praticados numa única dinâmica, unindo os orixás que eram reverenciados separadamente.

Cada tribo africana ou reinado tinha o seu orixá celebrado de forma distinta. A prática religiosa correspondia aos hábitos culturais de cada povo (BENISTE, 2019, p.31). O agrupamento multicultural das senzalas e quilombos do Rio de Janeiro originou o Candomblé praticado no Brasil. E os primeiros terreiros surgiram nos cortiços portuários da cidade do Rio, nos bairros e favelas da região central e, aos poucos, migraram para a Zona Norte, Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo.

Essa convergência iniciada nas senzalas foi uma estratégia de preservação do sagrado cultural, gerando novos costumes e identificações. Stuart Hall (1992, p.88) aponta para a readequação identitária, modulada na fusão étnica-cultural e intercambiada ou negociada ao longo de um processo de globalização. Assim, tomando a articulação teórica proposta pelo autor, podemos perceber uma ressonância na descrição de alguns elementos que compõe o surgimento do Candomblé e Umbanda praticados no Brasil.

### **Onipresenças e onipotências**

Praticar não é um verbo que possa definir as religiões afro-brasileiras. O direito de exercê-las perdura no recrudescimento dos sinais da escravidão e do racismo. No ano de 2014, o Ministério Público Federal (MPF), numa ação que pedia a retirada de vídeos publicados no You Tube por pastores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), do Rio de Janeiro, que discursavam impelindo ataques aos terreiros de candomblé e umbanda, teve o pedido negado pelo juiz do Tribunal Regional Federal da 2º Região (TRF2-RJ).

Na avaliação do magistrado<sup>5</sup>, o Candomblé e a Umbanda não podem ser considerados religiões. E justificou a sua decisão: “No caso, ambas manifestações de religiosidade não contêm os traços necessários de uma religião a saber, um texto base (corão, bíblia, etc), ausência de estrutura hierárquica e ausência de um Deus a ser venerado.”

O caso confronta o princípio da laicidade que integra a Constituição da República Federativa do Brasil, tornando-o indubitável às garantias estabelecidas em dois artigos: Art. 5º. VI – “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a

---

<sup>5</sup> <https://dellacellasouzaadvogados.jusbrasil.com.br/noticias/119752168/justica-federal-define-que-cultos-afro-brasileiros-como-a-umbanda-e-candomble-nao-sao-religiao>

suas liturgias;”. E o Art. 19º:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embarcar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;”

Sobre a cobertura jornalística à época da decisão judicial, destacamos o texto da cabeça da reportagem do telejornal nacional *Repórter Brasil*<sup>6</sup>, do dia 16 de maio de 2014, que é exibido de segunda a sexta-feira às 19h:00min e produzido pela TV Brasil, canal gerido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Ou seja, uma empresa pública de comunicação, vinculada ao Governo Federal.

*Manifestações religiosas, afro-brasileiras, como o Candomblé ou a Umbanda podem ser consideradas religiões? Para o TRF da 2ª Região, no Rio de Janeiro, a resposta é não.* Presente na comunicação sensacionalista e publicitária, o recurso retórico da interrogação empregado no texto da reportagem, persuade (CITELLI, 2002) a interlocução no formato do discurso unívoco, ao destacar o significado implícito na reprodução da decisão judicial. E ao mesmo tempo traz a subjetividade no “Eu” da locução - a repórter na primeira pessoa - a face opinativa do texto telejornalístico.

Cabe uma análise da grade da TV Brasil contextualizando uma parte da programação com os fatos abordados acima. Aos domingos, dois programas exibidos na sequência, entre 07h:00min e 09h:00min são dedicados à Igreja Batista (evangélica pentecostal), programa *Reencontro*, e a Igreja Católica *Santa Missa*. Ambos já integravam a grade do canal em maio de 2014. As fotos abaixo são de 20 de setembro de 2020.

Foto 1: *Programas Reencontro e Santa Missa. TV Brasil*



A relação midiática e comercial do estado com grupos evangélicos não se limita à Igreja Batista. No dia 30 de agosto de 2020, a coluna do jornalista Lauro Jardim, do Jornal *O Globo*<sup>7</sup>, publicou uma nota sobre a negociação da EBC com a Record TV, para a compra da novela cristã *Os Dez Mandamentos*. A produção e o direito de comercialização da telenovela pertencem à Rede Record empresa de comunicação patrimonial da Igreja

<sup>6</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=leGS3UCVO1Q>

<sup>7</sup> <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/ebc-negocia-novelada-record-para-ser-exibida-na-tv-brasil.html>

Universal do Reino de Deus (IURD).

Os ataques midiáticos ocorrem desde meados dos anos 1990, em programas neopentecostais da TV aberta, rádio, e produtos fonográficos. Em 12 de outubro de 1995, durante o programa *Despertar da Fé*, transmitido pela Rede Record, o bispo Sérgio Von Helder<sup>8</sup>, chutou a escultura de Nossa Senhora Aparecida. O processo judicial movido contra o bispo foi criticado na canção<sup>9</sup> *Um chute na heresia*, gravada pelo Bispo Marcelo Crivella, no CD *Como posso me calar*.

A publicação do jornal *Folha Universal* no ano de 1999, exemplifica o uso pragmático da comunicação. A edição do mês de outubro destinou uma série de injúrias à Mãe Gilda de Ogum que teve o seu terreiro invadido e depredado por um grupo de evangélicos. A Yalorixá, seus filhos de santo e familiares foram vítimas de agressões verbais e físicas.

Foto 2: Jornal Folha Universal



O jornal expôs a foto da Mãe Gilda e o nome da sua casa de santo, *Axé Abassá de Ogum*, localizado na cidade de Salvador BA. A imagem, retirada do seu contexto original, refere-se a uma reportagem<sup>10</sup> feita no ano de 1992 pela revista *Veja*, que fotografou a participação da Mãe Gilda na passeata a favor do impeachment do ex-presidente da república, Fernando Collor de Mello.

O efeito nocivo das agressões incidiu na saúde da Mãe Gilda que, fragilizada, morreu no dia 21 de janeiro de 2000. Toda essa conjuntura foi a referência para a criação do decreto Lei n° 11.635 que institui o dia 21 de janeiro como: “O Dia de Combate à Intolerância Religiosa”.

Efetivamente, a chegada gradual da informatização na rotina das cidades, ampliou os meios de criação via algoritmos direcionados às bolhas/nichos, criando um ambiente conflituoso no conglomerado que unifica: facebook, Whatsapp e Instagram.

<sup>8</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=OiNJ8mQU6g8>

<sup>9</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=b6DM5CFAWIw>

<sup>10</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=ZNsOxo6fIO4>



Na religião midiaticizada, o ambiente midiático não deixa também de ser um espaço de conflito. Intolerância, desrespeito mútuo, discursos e atividades hostis em relação a um outro que se revela a partir da identidade religiosa são indícios de uma clausura da diferença presente na relação com a alteridade. As vivências do religioso midiaticizado tornam esse espaço igualmente o lócus para conflitos e disputas, tanto nas mídias de massa quanto nas mídias digitais. (MARTINO, 2016, p. 8)

Discorrer o caso da Mãe Gilda à luz da comunicação é observar um conjunto de apontamentos definidos contemporaneamente por *fake news*. A elaboração do título e subtítulo, ambos ilegítimos, seguem uma estratégia de desqualificação pública e falsa atribuição, tipificados no âmbito jurídico por calúnia e difamação. A manipulação retórica é provida de originalidade, entre as quais, a nulidade e subjetividade da verdade.

A informação se transforma em território de livre criação. Direcionada a uma audiência específica que deve reagir e corresponder a propósitos intencionais. Logo, essa infinidade de possibilidades pode não seguir os parâmetros de veracidade. E rompe com o princípio do contraditório e da ampla defesa, presente na técnica jornalística quando se ouve e concede o direito de voz a personagens citados ou acusados no desenvolvimento de uma reportagem.

Foto 3: Revista Veja e Jornal Folha Universal



A *tecnoreligião* expandiu a escala polimorfa de Deus em diversos espaços. A epifania da sua figura surge na forma de mensageiro da palavra, numa morfologia simbiótica com o jornal impresso, rádio e das modernas telas da cibercultura (FELINTO, 2004, p. 22). A extensão da presença deificada nos meios de comunicação estabelece vínculo imediato na conversação de sentidos com o público. Ao mesmo tempo em que gera efeitos de autovigilância e disciplina, apresentados por Michel Foucault (1999): “A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício.” (p.194).

A elaboração da perspectiva unilateral do jornal *Folha Universal* é comum às publicações religiosas fundamentadas no discurso radical e mitológico, desencadeando perlocução violenta. As noções de certo e errado, bem e o mal, Deus e o Diabo, nós contra eles, anulam qualquer angulação que seja identificada ou construída como opositora. Instituem uma espécie de “verdade divina absoluta” que se impõe às diferenças étnicas, culturais e de credo. Um imaginário de sentimentos que inviabiliza o diálogo.

Assinalada por Muniz Sodré, o uso da estética do afeto, presente na idiossincrasia da propaganda política e no discurso religioso, está associada à natureza persuasiva de três qualidades argumentativas da teoria aristotélica: *ethos, phatos e logos*.

Preocupada com a recepção das emoções, entretanto, a retórica aristotélica aplica-se mais à estética do público. E semelhante à mesma que, na mídia contemporânea, concretiza-se como uma forma de instrumentalização tecnológica da linguagem, voltada predominantemente para o contato, portanto, para as expectativas e conformação psicológica das massas. (SODRÉ, 2006, p.75)

Aparentemente paradoxais; credo e violência alicerçam algumas práticas de convenções político-religiosas. Vide a história de Jesus Cristo nos registros bíblicos: a crucificação era a pena aplicada como método de tortura e condenação à morte. Em outro exemplo, podemos mencionar a rede terrorista Al-Qaeda, no Oriente Médio, que se notabiliza pela violência e motivações fundamentalistas de cunho territorial, étnico e religioso com amplo uso das ferramentas de comunicação para fins publicitários sobre as reivindicações e autoria das ações terroristas.

A mesma dicotomia pôde ser vista no dia 06 de janeiro de 2021. Insuflado pelo discurso do ex-presidente Donald Trump, um grupo em quantidade considerável invadiu o Congresso dos Estados Unidos. Cartazes com frases litúrgicas e uma cruz carregada pelos manifestantes, não rivalizavam com o aparato de grupos milicianos. Havia uma harmonia dos elementos bélicos e religiosos no mesmo espaço.

Foto 4: Invasão ao Congresso dos EUA.



## Contáveis

De acordo com o último censo do IBGE<sup>11</sup> realizado no ano de 2010, o percentual de brasileiros por religião se divide da seguinte forma:

Católica Apostólica Romana: 123.280,17

Evangélicas: 42.275,440

Espírita: 3.848.876

Candomblé e Umbanda: 588,797

As duas principais posições também se destacam no campo político, concomitante ao desempenho de parlamentares evangélicos e católicos com projeção midiática, que além das suas funções na administração pública, também são cantores, bispos, pastores e proprietários de empresas de comunicação neopentecostal, e constituem quórum relevante entre deputados e senadores. Os nomes e casos mencionados a seguir detêm uma valia de elementos notórios à indústria cultural, além de uma robusta presença na mídia.

Arolde de Oliveira<sup>12</sup>, senador pelo PSD-RJ, é proprietário do Grupo MK de Comunicação, uma empresa de mídia da qual fazem parte a gravadora *MK Music*, o jornal on-line *Pleno News*, e a *Rádio 93FM*. Na verdade, o site da rádio é um portal<sup>13</sup> que dispõe da seção *eleições 2020*, e outra seção que redireciona para o jornal on-line *Pleno News*<sup>14</sup>.

A coluna opinião do jornal *Pleno News* é assinada por alguns políticos: Arolde de Oliveira, deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), deputado federal Carlos Jordy (PSL-RJ), senador Esperidião Amin (PP-SC), e o deputado federal Marco Feliciano (Republicanos-SP). O Grupo MK de Comunicação, por meio da empresa *MK Network*<sup>15</sup>, administra o canal do YouTube do senador Flavio Bolsonaro (Republicano-RJ). Dois cantores contratados pela gravadora *MK Music* são mandatários no âmbito federal: Marco Feliciano (Republicanos-SP) e Flordelis (PSD-RJ).

A proximidade parlamentar com grupos de comunicação não é um fato inédito. E dois nomes se encaixam no vínculo entre público e privado: Antônio Carlos Magalhães, ex-ministro da comunicação e José Sarney, ex-presidente da república. Sobrenomes pertencentes às oligarquias da comunicação na região nordeste. Porém, neste trabalho, o intento é expor os casos e relacioná-los com a proposta do tema. O Artigo 54<sup>16</sup> da Constituição da República Federativa do Brasil diz: sobre a proibição de relação comercial

<sup>11</sup> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>

<sup>12</sup> Arolde de Oliveira faleceu durante a conclusão do artigo em 21/10/2020

<sup>13</sup> <https://radio93.com.br/noticias/>

<sup>14</sup> <https://pleno.news/>

<sup>15</sup> <http://www.mkmusic.com.br/noticias/flavio-bolsonaro-assina-com-mknetwork/>

<sup>16</sup> [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_14.12.2017/art\\_54\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_54_.asp)



e contratual de parlamentares com empresas concessionárias de serviço público. E o artigo 55<sup>17</sup> sinaliza com perda de mandato o parlamentar “que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;”.

A Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), de propriedade do pastor Romildo Ribeiro Soares, conhecido por R.R. Soares que, mesmo não sendo ocupante de cargo público, constitui elo com o poder legislativo. O deputado David Soares (DEM-SP), filho de R.R. Soares, é um dos representantes da bancada evangélica no que será abordado mais a frente: o articulador da proposta (PEC) que concede isenção tributária às igrejas, seus produtos e negócios na seara da comunicação. Além da IIGD, o pastor R.R. Soares também é empresário no ramo da comunicação. Pertence a ele a gravadora *Graça Music*, a editora *Graça Editorial*. No setor de distribuição de sinais de televisão via satélite, possui a *Nossa TV Brasileira*<sup>18</sup> – empresa de canal a cabo que comercializa a assinatura de quatro pacotes entre R\$ 49,99 a R\$129,99 –, e o canal jornalístico *RIT Notícias*.

Foto 4: Opções de canais do site Nossa TV Brasileira



A seleção dos canais segue os critérios e valores da igreja. E a opção de *notícias* é bem interessante para análise, devido à inclinação parcial da *CNN Brasil*, e do já citado *RIT Notícias*. Igualmente, a relação comercial do Grupo Bandeirantes de Comunicação vende o horário da grade da Band TV para exibição do *Show da Fé*, apresentado por R. R. Soares. Sobre os canais da tv aberta, apenas a TV Brasil compõe a grade da *Nossa TV Brasileira*.

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam a sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e outros produtos da indústria cultural fornecem o modelo daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. (KELLNER, 2001, p. 9)

O entrelaçamento de instituições estende-se nos interesses do texto da reforma tributária (PEC 45)<sup>19</sup>, com redução de impostos em livrarias, editoras e gravadoras do segmento evangélico. Um dos autores do projeto é do deputado David Soares (DEM-SP), filho do pastor R.R. Soares. A fragmentação do limite entre público e privado alterna esses dois conceitos, abrigoando o indistinguível numa única esfera (THOMPSON, 2002, p.111).

<sup>17</sup> [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_14.12.2017/art\\_55\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_55_.asp)

<sup>18</sup> <https://www.nossatv.tv.br/>

<sup>19</sup> <https://folhagospel.com/bancada-evangelica-quer-imunidade-para-as-igrejas-na-reforma-tributaria/>

Na mesma reforma o ministro da economia Paulo Guedes estipula<sup>20</sup> o retorno da tributação no mercado editorial. Há 75 anos os livros produzidos no Brasil são isentos de impostos. Uma garantia constitucional de 1946, de autoria do escritor Jorge Amado à época deputado federal.

A presença neopentecostal nos meios tradicionais de comunicação é ampliada com os recursos de transmídia no ciberespaço. A rádio *Rede Aleluia*, pertencente à IURD, possui 71 emissoras<sup>21</sup> distribuídas nas cinco regiões do país. O site de cada sucursal da *Rede Aleluia* é o *facebook*. A rede social tem 130 milhões<sup>22</sup> de contas ativas no Brasil. O acesso majoritário pelo smartphone e a popularidade do facebook no cotidiano das relações sociais, com a possibilidade de acesso ilimitado oferecido pelas operadoras de telefonia, favorecem a condição de criação das estratégias de comunicação de massa. Além do compartilhamento dos programas televangelistas da Rede Record nas páginas da Rede Aleluia, há um monitoramento preciso do engajamento da audiência.

O surgimento de novas tecnologias proporcionou aos evangélicos algum grau de autonomia da mídia comercial, permitindo-lhes identificar e desfrutar produtos mais alinhados à sua visão de mundo. A tecnologia também baixou o custo de produção e distribuição, permitindo a esse grupo -que continua sendo, basicamente, um nicho de mercado- sustentar uma série incrivelmente ampla de produtos culturais (JENKINS, 2009, p. 276).

Nos últimos anos, com exceção do carnaval, do réveillon, dos festejos associados aos orixás com os santos sincréticos do catolicismo, a pauta da violência acaba se tornando o espaço onde as religiões de matrizes africanas são mencionadas na tv aberta. Esse dado, implica em uma questão que demonstra uma constância de não-resoluções, contabilizadas na estatística do “*mais um*”<sup>23</sup>. Assim, percebemos uma frequência de crimes naturalizados.

Duas decisões do estado no segundo semestre de 2020 sentenciam a população negra e as religiões afro-brasileiras, condicionando-as no *racismo estrutural* (ALMEIDA, 2018, p.102). Os pais de uma menina de doze anos perderam a guarda da filha numa denúncia feita ao Conselho Tutelar. A avó da criança, autora da denúncia e evangélica, alegava que a neta sofria maus tratos durante o preceito religioso.

A cobertura desse caso no telejornal *SBT Brasil*<sup>24</sup>, de abrangência nacional, utiliza a palavra “*confinamento*” na cabeça da reportagem, análoga a sequestro e cárcere privado. O promotor que encaminhou o pedido à justiça disse que “Não se pode permitir que sob o

<sup>20</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/11/reforma-tributaria-pode-fazer-livro-ficar-mais-carro>

<sup>21</sup> <https://redealeluia.com.br/emissoras-2/>

<sup>22</sup> <https://www.cuponation.com.br/insights/facebook-users>

<sup>23</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=D-GiWgeHUS0>

<sup>24</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=P0iYLajPH24>

pretexto de liberdade religiosa, se pratique crimes.”. Essa justificativa não se confirmou, e os pais recuperaram a guarda da filha<sup>25</sup>. O segundo episódio também advém do judiciário.

Uma juíza da cidade de Curitiba redigiu a sentença judicial, alegando o critério de raça e cor da pele à condenação de um homem negro, acusado de pertencer a um grupo de assaltantes. Após abertura de investigação disciplinar, a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Paraná arquivou o processo<sup>26</sup>.

Ao longo dos anos as representações intrínsecas à raiz africana foram subjugadas e perseguidas pelo estado que recorria à força policial, prendendo os praticantes de candomblé e destruindo os assentamentos dos terreiros: objetos sagrados e ritualísticos, consagrados como representação da materialidade dos Orixás. O primeiro respaldo na garantia do livre exercício de todos os credos provém da emenda constitucional 3.218, de autoria do escritor e ex-deputado Jorge Amado<sup>27</sup>, no ano de 1946. E mesmo com novos amparos legais, ainda assim, pululam os casos de destruição e incêndio nos terreiros, acompanhados por ameaças de morte e expulsão de pais e mães de santo de seus espaços.

Na zona norte do Rio de Janeiro, o tráfico de drogas introduziu o fundamentalismo religioso no código das facções criminosas. *São os bandidos de cristo*<sup>28</sup>, traficantes convertidos ao neopentecostalismo. Para tratar dessa questão foi realizada uma entrevista<sup>29</sup> com Marcelo Dias (Pai Yango), criador do Agen-Afro<sup>30</sup>, portal de notícias dedicado à religião e cultura afro-brasileira. Como se vê na imagem da TV Globo, a estrela de David, símbolo da bandeira de Israel, é utilizada na demarcação topográfica dominada pelo tráfico.

Foto 5: Portal de notícias G1.



<sup>25</sup> <https://revistaforum.com.br/movimentos/mae-recupera-a-guarda-da-filha-retirada-pelo-conselho-tutelar-por-participar-de-ritual-de-candomble/>

<sup>26</sup> <https://noticiapreta.com.br/processo-de-racismo-contra-juiza-do-parana-foi-arquivado/>

<sup>27</sup> <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/08/bahia-politica-e-religiosidades-marcam-literatura-de-jorge-amado.html>

<sup>28</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/24/traficantes-usam-pandemia-para-criar-novo-complexo-de-favelas-no-rio-deixam-rastro-de-desaparecidos-e-tentam-impor-religiao.ghtml>

<sup>29</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=FgB5B21\\_2Ms](https://www.youtube.com/watch?v=FgB5B21_2Ms)

<sup>30</sup> <https://portalagenafro.blogspot.com/>

Uma inter-relação do conceito de signo, significado e significante sobre a contextualização imagética e simbólica compreendida pelos “bandidos de cristo”, que remete ao conflito entre Israel e Palestina apoiado em dois pontos: estado soberano e domínio territorial, alicerçados por motivações religiosas.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (BAKHITIN, 1979, p. 17).

Os atos de intolerância praticados nas comunidades se configuram nos mecanismos de poder e *governamentalidade* descritos por Foucault (2008, p.264). O agir violento, ideologicamente planejado, se constitui numa dinâmica de expansão que atenda os objetivos de grupos, partidos ou projeto de governo.

Exposta também nos atos do governo, a bandeira de Israel transversa o campo diplomático ao encontro das reivindicações de cunho religioso. Uma das promessas de campanha eleitoral no ano de 2018 consistia na transferência da embaixada brasileira em Israel, localizada em Tel Aviv para Jerusalém. Esse pedido se trata de uma requisição da bancada evangélica e de líderes neopentecostais, pela contribuição na conversão de fiéis em eleitores do então candidato à presidência da república, Jair Messias Bolsonaro. O pedido tem um grande valor simbólico na liturgia evangélica: *O retorno dos Judeus à Terra Santa (Israel) é necessário para a volta de Cristo*<sup>31</sup>.

O arregimento não se restringe à topografia das facções do Rio de Janeiro. A divulgação dos *Gladiadores do Altar* ou *Exército de Cristo*, no ano de 2015, gerou uma série de protestos e um inquérito<sup>32</sup> civil no Ministério Público Federal. No vídeo disponível no YouTube<sup>33</sup>, a narração do pastor incita agressividade ao que não está equiparado às normativas da Igreja Universal do Reino de Deus. Sobre os *Gladiadores*, a IURD<sup>34</sup> informou que se tratava de um *programa de ensino bíblico da Força Jovem Universal*.

A característica épica dos textos bíblicos contribui para o desenvolvimento de uma narrativa ficcional (FELINTO, 2003, p. 178). Esse paralelo se alterna com a vida, incidindo na construção do norte imaginário das interações sociais ou *modus operandi*. No mesmo eixo linear à proposta de Barbero (1997, p. 269) sucede a discussão da produção de sentido

<sup>31</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46790185>

<sup>32</sup> <http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/migracao/direitos-do-cidadao/201505121324310200-mpf-ba-intolerancia-religiosa-e-tema-de-reuniao-com-representantes-do-cen>

<sup>33</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=eZQAjJ2Joa0>

<sup>34</sup> <https://www.universal.org/mitos-e-verdades/post/exercito-da-universal/>

a partir dos meios, ao estágio em que o sujeito crê e age consonante à realidade construída coletivamente com a mídia e grupos de convívio.

### **Considerações finais**

Com o seu próprio idioma; Yorùbá, reconhecido em 2018 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como vocabulário etimológico da língua portuguesa e da cultura brasileira, o Candomblé compõe um vasto sistema de organização e tradição de influência étnico-cultural. A musicalidade dos terreiros que a partir do som e compasso do atabaque derivaram o samba, o partido-alto, o pagode, o jongo, o funk, o maracatu. São traços bem delineados da nossa identidade.

Mas, quando 200 terreiros são atacados<sup>35</sup> no município do Rio, e 1,5 mil no estado do Rio de Janeiro durante o ano de 2019, suscita um novo viés face à realidade apresentada: etnocídio.

Em adição aos órgãos do poder - o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a polícia - as classes dominantes têm à sua disposição, poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas - a imprensa, o rádio, a televisão - a produção literária; todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa, e como criador e condutor de uma cultura própria. (NASCIMENTO, 2006, p. 93).

O sustentáculo do niilismo é a perpetuação da violência desde o período colonial. Modulado em novos formatos de escravidão, são inseridos na sociedade numa mecânica que anula o corpo negro. Uma extensão de preconceitos presente nos três poderes do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário, com um novo fator: a veemência religiosa no eixo de uma hierarquia pragmática que coaduna todas as etapas de um histórico massacrante dirigido às representações da cultura afro-brasileira. Por meio de cerceamento e perseguições que se configuram nas formas de necropoder (MBEMBE, 2006, p.136), direcionado às religiões de matrizes africanas, ao samba, à periferia, ao cabelo afro, ao negro de forma geral.

Acerca do espaço do Candomblé e da Umbanda na mídia, foi possível constatar que todos os canais de tv aberta, cedem ou vendem uma parte das grades de horário às igrejas: católica, pentecostal e neopentecostal, o que reduz a representação da cultura africana nas emissoras. Isso ocorre principalmente nos canais de vínculo direto com as igrejas Pentecostais e Neopentecostais. Na lógica dessas empresas, o que for relacionado à

---

<sup>35</sup> <https://www.anpr.org.br/imprensa/noticias/23666-o-mpf-e-a-liberdade-religiosa-sob-ataque>



temática identitária afro-brasileira remeterá ao Candomblé e a Umbanda.

Isso não significa que os programas de auditório e as pautas jornalísticas excluam mulheres e homens negros, ou não abordem, por exemplo, o samba e o funk. Mas tanto a reportagem quanto os programas são conduzidos de maneira a não relacionar os aspectos culturais afro-brasileiros. Neste caso, o negro deve aparecer desvinculado da sua raiz identitária.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O quê é racismo estrutural?** Belo Horizonte. ED. Letramento. 2018
- ARAÚJO, Carlos Alberto. **A pesquisa norte-americana.** Ed. Vozes: 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo. Ed. Hucitec. 1979.
- BARBERO, Jesus Martín. **Dos Meios às Mediações.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- BENISTE, José. **Histórias dos Candomblés do Rio de Janeiro. O encontro africano com o Rio e os personagens que construíram a sua história.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. 2019
- CASTANHA, Marilda. **Pindorama: Terra das Palmeiras.** São Paulo: Ed. Cosac Naify: 2007.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão.** São Paulo: Editora Ática: 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. Nascimento da prisão.** Petrópolis-RJ: Ed. Vozes. 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Editora Martins Fontes. 2008.
- FELINTO, Erick. A tecnologia e o sujeito pneumático no imaginário da cibercultura. **Revista Logos**, Rio de Janeiro: n.21, p.12-31, 2004.
- FELINTO, Erick. Novas Tecnologias, antigos mitos: apontamentos para uma definição operatória de imaginário tecnológico. **Revista Galáxia**, São Paulo: n.6, p.165-188, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Editora DP&A: 2006.

JAGUN, Márcio de. **Candomblé em tempos de Crise. Pensando a religião antes, durante e depois da pandemia.** São Paulo: Editora Arché: 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** São Paulo: Editora Aleph. 2009.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia.** São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração. 2001.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Miatização da Religião e Estudos Culturais: uma leitura de Stuart Hall. **Revista Matrizes**, São Paulo, v.10, n.3, p.143-156, 2016.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção. Política da morte. **Revista do ppgav/eba/UFRJ**. Rio de Janeiro: n.32, p.123-151, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado.** São Paulo. Editora Perspectiva. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo. Editora Companhia das Letras: 2006.

SODRÉ, Muniz. **As Estratégias Sensíveis. Afeto, mídia e política.** São Paulo. Editora Vozes. 2006.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria da mídia.** Petrópolis-RJ. Editora Vozes. 2002.